

ENTREVISTA

MARCOS SEVERINO NOBRE

Filósofo e cientista social, Marcos Nobre é Professor Livre-Docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp), atuando principalmente nas áreas da Teoria Crítica e pensamento ético-político. Em sua prolífica trajetória acadêmica esteve à frente da pesquisa e coordenação de diversos Projetos Temáticos Fapesp, atuando como pesquisador do quinquentenário Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), do qual foi presidente entre junho de 2019 e junho de 2023.

No período recente, diante dos grandes desafios para realização da pesquisa científica em nosso país, além de atuar para o desenvolvimento e inovação em pesquisa e metodologia, visando aperfeiçoamento teórico-metodológico multidisciplinar, ele engajou-se ativamente em defesa da institucionalidade democrática.

Autor de diversos livros, dentre eles, *A Dialética Negativa de Theodor W. Adorno* (1998); *A Teoria Crítica* (2004); *Choque de Democracia* (2013); *Imobilismo em Movimento* (2013); *Como nasce o novo* (2018); *Ponto Final – a guerra de Bolsonaro contra a democracia* (2020); *Limites da Democracia – de junho de 2013 ao governo Bolsonaro* (2022), sua produção abrange profunda articulação teórica e análise crítica, bem como a construção de definições conceituais de grande

relevância para compreensão do sistema político, como o conceito de “pemedebismo”, delineado ao longo da entrevista.

Neste diálogo, o autor deslinda algumas das principais mudanças estruturais que marcam a sociabilidade atual, observando seus impactos mais relevantes. Nosso percurso atravessa a quebra de pactos sociopolíticos fundamentais, e a difusão das novas tecnologias de informação e comunicação digitais e plataformas de redes sociais via internet. Avança ainda por aberturas metodológicas e temáticas que podem direcionar para possíveis agendas de pesquisa aptas a enfrentar os inúmeros desafios que se apresentam ao pensamento social na atualidade.

A obra de Marcos Nobre mostra-se fundamental na apreensão do contexto carregado de complexidade, dinamicidade e conflitualidade com o qual nos deparamos nos últimos anos. Para além de elementos substanciais na compreensão do processo histórico-social e político, o autor combina o rigor teórico-analítico à produção de diagnósticos significativos para o tempo presente, com um processo radical de reflexão e autorreflexão pautado na Teoria Crítica. Tal perspectiva nos provoca não somente a analisar criticamente os fenômenos, mas também a pensar possíveis horizontes de transformação social.

Marcos Nobre foi entrevistado por Brena Costa de Almeida, pesquisadora de pós-doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e doutora em Ciências Sociais pela mesma instituição.

Desigualdade & Diversidade: A sua obra tem dialogado de maneira particular com o tema do Dossiê da revista *Desigualdade & Diversidade* que é 10 anos das Jornadas de Junho – As múltiplas dimensões e desafios da revolta social. Você publicou em 2013 os livros *Choque de Democracia* e *Imobilismo em movimento*. Alguns anos depois, em 2020, o livro *Ponto Final – A guerra de*

Bolsonaro contra a democracia e o mais recente, *Limites da Democracia – De junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. Uma obra significativa abordando muitos aspectos relevantes para que possamos compreender o complexo contexto que estamos vivenciando. Gostaria de começar com o conceito de “peemedebismo” que trata de um determinado modo de funcionamento do sistema político. Você poderia explicar o que é o “peemedebismo”? E como você relaciona esse conceito ao processo sócio-histórico mais recente que se desenrola principalmente nos últimos 10 anos?

Marcos Nobre: O conceito de peemedebismo nasceu da minha insatisfação com a maneira pela qual o funcionamento do sistema político estava sendo entendido pela Ciência Política em termos de presidencialismo de coalizão. Não para dizer que o presidencialismo de coalizão não fosse uma abordagem frutífera, não fosse uma abordagem que nos permitisse avançar no conhecimento, mas porque o presidencialismo de coalizão, quando se torna um paradigma, no final dos anos 1990, começo dos anos 2000, ele joga para segundo plano, diria até que joga para debaixo do tapete, questões que eu considerava essenciais no funcionamento do sistema político brasileiro. E a noção de peemedebismo é para ressaltar esses temas e essas facetas do funcionamento do sistema político que estavam sendo negligenciadas, a meu ver, pelo presidencialismo de coalizão tornado paradigma. São muitas as facetas. Na minha investigação que apresentei no *Limites da Democracia*, livro de 2022, procurei ressaltar duas delas que eram as características das super maiorias e do governismo, que, para mim, eram essenciais, não eram laterais, não eram efeitos secundários do sistema, mas eram mecanismos centrais de funcionamento do sistema político brasileiro. Então, foi por essa razão que criei a noção de peemedebismo, para dizer: olha, o presidencialismo de coalizão tornado paradigma consegue explicar muitas coisas muito importantes e relevantes, mas ele deixa de lado aspectos centrais no funcionamento do sistema político, na minha maneira de ver, evidentemente, e, portanto, estava dizendo que precisamos mudar a maneira



como a gente vê o funcionamento do nosso sistema político. Agora, o que está por trás da ideia de peemedebismo, do ponto de vista do seu aspecto crítico? Vamos dizer que esse elemento é um elemento de objeção a um paradigma estabelecido, mas qual o objetivo? Um elemento de objeção que não necessariamente tenha um elemento crítico no sentido de crítico do sistema político, então ele é crítico de uma forma de entender o sistema político, certo? Existe um aspecto crítico do peemedebismo que é aquilo que o anima, que é a ideia de conservadorismo democrático, ou seja, não só estou dizendo que existem dois aspectos centrais do funcionamento do sistema político que não estão sendo considerados, como esses dois aspectos nos permitem entender o funcionamento do sistema político brasileiro em perspectiva histórica, qual seja, o pensamento social brasileiro – não vou discutir o termo porque sei que é objeto de enorme disputa e de várias divisões, e também não é esse o meu problema. Vamos dizer assim, os clássicos do pensamento brasileiro tiveram sempre como objeto central o conservadorismo. O conservadorismo era o elemento central da produção brasileira, uma coisa que era muito importante quando se estava tentando interpretar o Brasil, mas em geral nós temos poucos trabalhos sobre o conservadorismo brasileiro em ambiente democrático e isso ocorre por uma razão elementar: o Brasil passou a maior parte do tempo em ditadura ou coronelismo. Então, como é que você faz para ser conservador em âmbito democrático? Porque não é evidente, você tem democracia num país com um grau de desigualdade e indecência social que é o Brasil, necessariamente isso vai levar as pessoas a questionar essas desigualdades e essa indecência e vai fazer com que elejam pessoas que levem adiante projetos que combatam essas desigualdades e essa indecência. E como as elites dirigentes brasileiras puderam fazer para se adaptar à democracia? A minha resposta é: com o peemedebismo. Porque se quando você vence uma eleição presidencial você automaticamente ganha o apoio de todo o sistema político de todo o sistema, com exceção daquele partido que perdeu a eleição presidencial e alguns partidos menores que

estão com esse partido, aconteça o que acontecer; se é isso, ou seja, se o vencedor leva tudo, menos o derrotado, você tem a formação de super maiorias e super coalizões. Isso traz dois problemas muito importantes. O primeiro, o problema de coordenação de governo, porque você tem uma quantidade enorme de partidos, de grupos de interesses e você tem que produzir uma agenda transversal. E isso é muito difícil. Você tem que colocar seus melhores quadros para cuidar disso, e isso já tira quadros de outros lugares importantes. Agora, o outro aspecto é o seguinte: se todo mundo está no governo, qualquer que seja o governo, não importa se você apoiou o candidato derrotado na eleição presidencial, no dia seguinte você está com quem ganhou e está tudo certo. Então, se é assim, se todo mundo está no governo, o governo tem que se mexer muito devagar, porque como todo mundo tem que ir na mesma direção, você tem que construir um consenso que é algo extraordinariamente difícil de ser obtido. Então, é por isso que você tem um ritmo muito lento de combate às desigualdades e de democratização da democracia, no fundo é isso. Então, o peemedebismo tem esse objetivo crítico, que não é o caso do presidencialismo de coalizão, que se pretende meramente descritivo. Não acho que exista isso tal como uma categoria meramente descritiva, não conheço isso, mas entendo que tem posições científicas diferentes da minha. Sou filiado à teoria crítica e jamais poderia dizer que existe apenas a descrição, ou seja, que toda descrição envolve uma normatividade e que é melhor você explicitar essa normatividade e elaborar do que varrer para debaixo do tapete. Ao mesmo tempo é a posição que me permitiu enxergar esse elemento que acho que tinha sido negligenciado até aquele momento. Então, foi o melhor resumo que consegui fazer de, vamos dizer, dois livros e uma centena de artigos.

D&D23: Nos anos 2010, da chamada década da indignação global, novas configurações das ações coletivas vinham se formando em todo o mundo e por aqui se expressam mais fortemente com o ciclo de protestos de 2013. Ciclos de mobilizações contestatórias irromperam em levantes populares massivos em diversos países, e no Brasil, em 2013, vivíamos um contexto de intensas transformações urbanas. Como você interpreta a emergência das grandes mobilizações de junho de 2013?

MN: Eu acho que existem, evidentemente, especificidades em cada lugar. Agora, se a gente for considerar, para além das especificidades, o que moveu essas revoltas, revoltas democráticas pelo mundo inteiro, em primeiro lugar, eu acho que a gente tem que considerar a crise econômica de 2008, que é muito importante e que deixa não só as pessoas sem pão – isso aconteceu no Egito – as pessoas ficaram sem pão, não tinham mais como comprar pão porque era caro demais. As pessoas ficaram sem emprego, pode pensar isso na Espanha, 44 % de desemprego entre os jovens, uma coisa insana. Então, é um móvel muito importante a crise econômica, mas não foi só isso. Nós passamos por uma transformação digital da vida que produz um elemento novo, no sentido de que a forma de representação política não está correspondendo à experiência cotidiana de vida das pessoas. Ou seja, teve uma alteração estrutural na vida cotidiana e as estruturas de representação continuaram iguais. Então, aí nós temos dois aspectos, que são os dois aspectos que eu acho mais importantes, da ruptura do pacto que foi feito no pós-guerra, quando você teve um pacto de que a próxima geração sempre iria viver melhor do que a geração atual. Esse era o pacto: “Olha, você vai viver melhor que seu pai”, o neto vai viver melhor que o avô, e assim por diante. Esse era o pacto. Nos países em que a democracia se instalou e durou, não foi o caso do Brasil, como a gente sabe, tivemos uma ditadura em 1964, e essa promessa veio junto com a promessa democrática. Então, democracia está ligada ao fato de que a próxima geração vai viver melhor do que a geração atual. Essas duas promessas foram rompidas nos anos 2000. O processo que

a gente conhece como neoliberalismo começou muito antes, mas quando explode a crise de 2008 explode também a última versão dessa promessa. Então, a democracia não se democratizou e ninguém tem a perspectiva de que vai viver melhor do que o pai, a mãe. Estou falando ninguém, estou falando da geração milênio e da geração Z, que são os jovens que impulsionaram essas revoltas. Isso eu acho que está na base das revoltas nos lugares, no mundo todo. Acontece que a gente teve revoltas sob ditaduras.

Nós não estamos falando de um acordo democrático, mas ao mesmo tempo também a disseminação das redes produz a possibilidade de configurações de vida democráticas que as pessoas que estão sob ditaduras também sentem aquilo como algo alcançável. Então, o que é chamado de Primavera Árabe é, na verdade, um movimento para derrubar ditaduras. Existem países que são países de redemocratização recente, como é o caso da Espanha, da Grécia, como é o caso do Brasil, como foi o caso do Chile em momentos diferentes, porque o estalido de 2011 não teve a mesma repercussão que o estalido de 2019. E nós temos casos de democracias antigas, como é o caso dos Estados Unidos. Então, temos um quadro bastante complexo, mas eu acho que essa ideia de que existe um pacto, de que a próxima geração vai viver melhor do que a atual, acho que esse pacto está na base de tudo. E essa ruptura criou uma ruptura também sobre as regras de justiça. O que as pessoas, no fundo, estão dizendo é que nem todo mundo está seguindo a mesma regra. Então, a gente não tem mais acordos sobre os quais são constituídas as regras da convivência social e as regras de justiça – quem merece o quê, segundo que medida. E isso se dá na crise da democracia que nós estamos vivendo agora, que a democracia deixou de ser esse campo comum a todas as aspirações, desejos e interesses das pessoas organizadas em forças políticas, mesmo que forças políticas de organizações diferentes, de organizações partidárias ou de movimentos sociais clássicos. Então, quando a gente olha o caso do Brasil, o Brasil é uma especificidade absurda porque as consequências da crise de 2008 só chegaram de verdade, só foram

sentidas pela população brasileira no começo de 2015. Então, em 2013, pode-se dizer que teve inflação disso, inflação daquilo, mas o fato é que não tem nada que ver com o contexto das outras revoltas. A gente também não tinha uma ditadura. Então, no Brasil, acho que uma parte do que as pessoas dizem que é um mistério, tem que ver com isso também.

Porque ninguém fala que a revolta no Egito ou na Espanha foi um mistério. Eu acho que é isso. Agora, no Brasil tudo ficou misterioso, a gente não sabe as causas. Então, isso tem muita ligação com o que eu estava dizendo antes do peemedebismo, porque as pessoas estavam questionando: como é que essa promessa de que a próxima geração vai viver melhor do que a atual, como é que ela vai ser mantida? E que tipo de política vai ser feita para isso? Ou seja, quem vai me representar nisso se essas pessoas que estão aí não me representam? Porque um efeito deletério do peemedebismo é que o sistema político deixa de ser pedagógico. Ou seja, ele não forma mais as pessoas. Porque se você olha para o sistema político e o líder do governo é a mesma pessoa, seja qual for o governo, fala-se: isso é uma massa indistinta, disforme. Eu não vejo diferença entre os partidos e entre as pessoas, são sempre as mesmas pessoas, essa é a sensação que você passa. Ou seja, falava-se muito de polarização, polarização, que polarização que você tem quando se tem supermaioria, supercoalizão? A polarização se torna uma coisa interna. Porque como todo mundo está no governo, seja qual for o governo, a oposição formal não tem força para mudar os rumos da política. Quem tem força são aqueles que estão dentro do governo, então você começa a ter uma posição interna, que é muito mais opaca e confusa para as pessoas. Porque as pessoas vão entender que o sujeito dentro do governo está fazendo oposição, que é o que acontecia. Então, do ponto de vista pedagógico, o sistema político desertou da sua tarefa fundamental de mostrar para as pessoas, “olha, temos aqui posições diferentes, elas estão em embate e elas chegam ou não a acordos”. Acordos pareciam para as pessoas mais e mais como acordões, e não acordos de verdade, acordos políticos. Então, quando você vai olhar

Junho, uma revolta contra a vida urbana tal como ela se coloca, em todos os seus aspectos, o transporte não é uma coisa menor. Não é uma coisa menor, o transporte. É uma coisa essencial. Pessoas perdem 4, 5, 6 horas do seu dia dentro de um ônibus, dentro de um trem. Como assim isso é irrelevante? É quase o mesmo número de horas que você tem para dormir, certo? Quando você consegue dormir. Então, veja, não é que a questão é menor. É que não tem só isso. Ela se conectou com essa revolta contra a maneira de funcionar do sistema político, que eu chamo de peemedebismo. E, claro, foram se conectando pautas, foram se conectando muitas pautas. Mas Junho, para mim, é sobretudo o sintoma de uma crise de direção. Ou seja, você tem partidos... Os partidos de direita eu nem vou comentar porque a conexão deles com a sociedade é muito mais fluida do que com os partidos de esquerda, que querem ter base social, que querem ser partidos de massa etc. Eu vou olhar do ponto de vista da esquerda e falo: bom, como pode sair tanta gente na rua sem que eu, que sou o líder da esquerda, tenha convocado? Só pode ser de direita. Então, em vez de o PT, como líder da esquerda, ter olhado e dito: olha, preciso parar para balanço, porque se acontece um movimento dessa amplitude, e eu não tenho nada a ver com isso, acho que a minha forma organizativa não está mais adequada para conversar com as pessoas.

D&D23: O que isso significa? Vamos olhar para o que isso quer dizer.

MN: Justo. É você olhar e olhar para si mesmo e dizer: olha, teve uma mudança estrutural no PT como líder da esquerda no momento em que chega ao governo. No momento em que chega ao governo, o que a gente chama tradicionalmente de trabalho de base, o que a gente chama de mobilização social, etc., foi totalmente escanteado. Por quê? Por uma razão. Porque o PT apostou na formação política, mas não no estilo das décadas de 80 e 90, que era uma formação política dentro de movimento social, dentro da mobilização, às vezes até dentro de governos também, administrações municipais, estaduais, etc. Mas ele passou a ser um partido de governo, ou



seja, que a formação política das pessoas passou a se dar dentro do governo e para o governo. E quando isso acontece você tem um efeito que é, se você está no governo, você age de maneira pragmática. Você começa a pensar na votação da Câmara que vai ter na semana que vem, na decisão do STF, que vai sair no mês que vem. Então, você começa a pensar de maneira muito pragmática. E formação política não pode ser isso. Formação política não pode ser formação para o governo. Tem que ser formação política, inclusive nas coisas que não cabem na realidade. Isso é formação política. E o que aconteceu é que o governo dos petistas, nos anos 2000 até o início dos anos 2010, foram muito exitosos em formar pessoas, equipe de governo, mas não foram bons em fazer formação política. E aí o que acontece? As pessoas vão fazendo a formação que elas encontram. Então quando surge a internet, quando surgem as redes, as pessoas vão formando a sua opinião política independentemente dos partidos, independentemente dos movimentos sociais. Então, você tem novos tipos de formação política. Uma formação política que a gente pode chamar de selvagem, se a gente for comparar uma formação clássica que se tem dentro de partidos, dentro de movimentos sociais, dentro de organizações políticas estruturadas, mas que é uma formação política. E foi essa formação política que saiu nas ruas. É uma formação política desorganizada, nesse sentido tradicional. Então, em vez de entender junho de 2013 como esse passo, como pessoas querendo uma formação política, que não fosse a que é dada pelo sistema político, o PT e parte importante da esquerda resolveram demonizar Junho de 2013, em vez de ouvir, de entender. E isso permanece até hoje. Agora, isso é um sinal muito grave para nós. E para nós, eu digo para a esquerda. Por que é grave? Grave, porque, em grande medida, os governos petistas implementaram um programa político que foi construído nas décadas de 80 e 90. Inclusive construído não só na base da sociedade, mas também em discussão com os governos, que o PT ocupou ou que não ocupou, mas tinha representantes. Então, de fato, existia ali um programa político. Não era um programa

político lá muito facilmente perceptível, bem delineado, mas tinha. E foi implementado. E foi exitoso na sua implementação, na medida em que o programa pôde ser implementado. Tiveram muitas coisas do programa que não foram implementadas. E o que é junho de 2013? A ausência de um novo programa político. É isso que é junho de 2013. Eu falo assim: olha, vocês não têm mais nada a propor. A única coisa que vocês têm a propor é dizer assim, vamos voltar para os anos 2000. Não. Não só não é possível, mas ninguém quer voltar para lá. Não era uma maravilha. Não eram os anos dourados, entendeu? Então, é isso que nós precisamos hoje. Porque nós não temos um programa político, que é diferente de um programa de governo. Programa de governo é alguma coisa que eu acho, em princípio que deve ser derivada de um programa político. Mas o que eu acho grave no momento é que a gente também não tem um programa de governo. O governo Lula não tem um programa. E qual é o programa? O programa é vamos voltar para os anos 2000. Não dá mais. Então, o governo Lula foi muito rápido em reestruturar políticas essenciais, que tinham sido destruídas por Bolsonaro. Mas isso não é suficiente. O SUS nos salvou, mas está tudo bem com o SUS? Não, longe disso. A gente precisa ter um projeto para o SUS. Qual é o projeto para o SUS? A gente precisa ter um projeto para a educação. Qual é o projeto para a educação? A gente precisa ter um projeto de inovação, de pesquisa e desenvolvimento, de ciência. Porque a gente precisa saber para onde a gente vai nesse mundo maluco em que a gente está. Não existe também esse programa. Então, programa de governo nós não temos, mas programa político nós temos menos ainda. E isso, eu acho que está ligado ao fato de que também esse tipo de discussão que houve na esquerda na década de 80 e 90 sobre qual seria o programa político, esse tipo de discussão não existe mais. Aí você fala, ah, é muito difícil, porque o PT estava em governo. Eu falo, pô, o PT também já esteve fora do governo e não fez isso. Então, quando nós vamos fazer? De produzir esse novo programa político, que é o programa político adequado ao nosso momento e à nova sociabilidade, aos novos desafios

sociais que a gente tem, sobretudo aos desafios climáticos. Cadê o nosso programa?

D&D23: E tudo isso é urgente.

MN: Urgente. Então, assim, nós estamos atrasados. E se a gente não fizer esse exercício, esse talvez seja o mais importante, a gente não tem como enfrentar a extrema-direita. O que a extrema-direita faz? Ela produz o caos porque ela pretende ser a resposta ao caos que ela mesma produz. Esse é o princípio de funcionamento da extrema-direita. Então, assim, o programa político da extrema-direita é a destruição. Para você se contrapor a isso, você precisa ter um programa. Um programa de verdade, positivo. Porque não adianta as pessoas esperarem que sempre na hora H, quando tiver do outro lado o Bolsonarismo, todo mundo vai se juntar e defender a democracia. Essa é uma ideia delirante.

D&D23: E vimos o resultado nas eleições, muito acirradas.

MN: Ganhamos por 2% de diferença. Então, é o que a França sempre acha que vai dar certo. Deu certo duas vezes. Vai dar certo a terceira? Então, assim, cadê o programa? Não é que a esquerda francesa não tenha um programa, tem. Mas é bem diferente de nós. A esquerda francesa tem programa, mas o problema é ter candidatura que leve esse programa. Não é evidente também que seja uma candidatura vencedora, tá? Então, eu acho que Junho é esse aviso gritante de que, olha, nós estamos num outro momento. Precisamos ter um novo programa político que se traduza de alguma maneira num programa de governo. E não é que vai juntar todo mundo e vai fazer um consenso.

Não existe isso. Quando estou falando do programa político, estou falando dos debates que aconteceram na esquerda na década de 80 e 90 e que cristalizaram algumas coisas. Isso é muito importante. E que, claro, eu



gostaria muito de ler trabalhos que pudessem reconstruir a riqueza da construção desse programa, que inclui, evidentemente, a Constituinte e todo aquele programa que foi consolidado na Constituição. Mas inclui também discussões. Só para citar uma, a gente tinha uma grande discussão na década de 90 entre focalização e universalização. Quer dizer, se a gente for fazer um programa de renda mínima, ele tem que ser universal ou tem que ser focalizado? E isso daí era uma discussão que não tinha fim. E no final das contas, quando chegou no governo Lula, ele falou, olha, tem que ser focalizado. Tem que focalizar nas pessoas que não têm nada. Que são as mais vulneráveis. E assim foi feito. Mas veja, isso é resultado de um debate de 20 anos. Não é que todo mundo concordava, mas você tinha posições, as posições estavam ali estabelecidas e você, como governo, podia adotar uma, podia adotar outra, podia adotar uma posição no meio. Então, é isso que Junho representa. E é por isso que a esquerda, liderada pelo PT, porque a outra parte da esquerda abraçou Junho sem nenhum problema. Vamos citar aqui o caso do PSOL, que fez isso com entusiasmo. E que conseguiu eleger figuras extraordinárias em 2016, 2018, por causa de Junho. Essa esquerda que é liderada pelo PT precisa abraçar Junho. Precisa abraçar aquela multidão. Entender o que aconteceu ali para produzir um programa político novo. Agora, só o PT, só o governo não vai produzir esse programa político novo. Tem que chamar a esquerda para debater o que é um programa com a esquerda hoje. Tanto em termos de política pública, que é uma coisa mais delimitada, quanto em termos de um programa político de sentido amplo, para onde a gente quer ir.

D&D23: Ainda sobre 2013, quando você fala sobre 2013 você já se referiu em alguns momentos a expressões como a “lição não aprendida” ou a “oportunidade perdida”. E agora você mencionou que o PT poderia ter abraçado Junho. Qual foi a oportunidade perdida nesse momento?



MN: Sim, de tudo que a gente conversou até agora, eu acho que a lição não aprendida, a oportunidade que não foi aproveitada é que, nitidamente, Junho de 2013 é uma crise de direção, ou seja, tinha um monte de gente na rua, todas as pesquisas nos dizem que essas pessoas não se identificavam com nenhum partido, nem com nenhum movimento social, nem com a direita, nem com a esquerda. Uma parte se identificava com a direita, uma parte se identificava com a esquerda. Não era a maioria, mas era importante. Mas a maioria das pessoas não era de cima, de baixo, nem de direita, nem de esquerda. Isso mostra que as pessoas estão procurando se politizar, estão procurando uma formação política, estão procurando meios de atuar politicamente e não estão encontrando espaço. Então, é um desafio porque é um desafio institucional. Como é que você faz para que essa energia entre na política institucional? A gente teve poucas aberturas para isso. E as poucas aberturas foram muito bem sucedidas. Claro que o destino da Marielle é trágico, é triste, mas como a gente vai olhar, quando que Marielle Franco seria eleita, se não tivesse tido Junho de 2013? Quando que Tainá de Paula teria se tornado vereadora, se não fosse Junho de 2013? Ou a Áurea Carolina. A Áurea Carolina foi a vereadora mais votada de Belo Horizonte na eleição de 2016.

D&D23: Aqui no Rio, várias mulheres pretas de favela também foram eleitas.

MN: Isso. Talíria, enfim, um monte de gente. Então, assim, não teria isso sem Junho. Não é que foi todo mundo que achou que Junho era de direita. Não, o PSOL não achou isso. E corretamente. Era um partido que viu ali essa potencialidade. Mas, nitidamente, o PSOL ou os movimentos autonomistas ou o de Junho não tinham força para mudar isso na realidade. Só tinha um partido capaz de fazer isso, que era o PT. O PT era o único partido que tinha estrutura, organização para poder dizer, olha gente, ouvimos o recado e a nossa proposta para vocês é essa daqui. Nós vamos propor tal e tal coisa. Não fez isso. Ou seja, o PT não conseguiu ouvir o que estava acontecendo. E,



sobretudo, não conseguiu ouvir e refletir sobre a sua própria ausência de programa. Quando a gente pensa nesses tempos – o que foi Junho – é muito surpreendente que não só o PT não tenha se disposto a dirigir, quer dizer, não é surpreendente porque o PT mesmo não tinha direção. Então, não tinha um programa político novo que fosse adequado a essa nova vida. Nesse sentido, não é surpreendente, mas é surpreendente que não tenha tentado. Porque quando a gente tem revoltas desse tipo, a gente costuma ter uma resposta clássica da direita que é a repressão. E a resposta da esquerda...

D&D23: Repressão fortíssima em 2013.

MN: Fortíssima. Em 2013, no sentido amplo, não só Junho. Porque a porrada começou a comer foi depois, no segundo semestre. Você que estudou isso, você sabe.

D&D23: E depois, com os processos judiciais contra manifestantes, os processos também fizeram parte desse controle repressivo.

MN: Evidente. E todas as ocupações de Câmara que a gente teve. Superimportante. E sobre esse aspecto, eu aproveito para indicar aqui um livro, que eu acho que é um livro que consegue sintetizar os fatos e os dados, vamos dizer assim, referentes a Junho – tanto antes de Junho como depois de Junho – que é o livro do Roberto Andrés, que se chama *A Razão dos Centavos* (*A Razão dos Centavos: Crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013*), que é um livro que eu acho que é um livro de referência porque é um livro de síntese. Porque o que nós estamos tendo que fazer agora é lutar para estabelecer fatos. Porque o fato de o PT ter demonizado Junho tem um aspecto ainda mais triste, que é o de essa narrativa, que eu chamo de Ovo da serpente, de ela ter simplesmente atropelado os fatos. Então, a gente passou por uma pandemia num governo Bolsonaro, uma coisa tétrica, e a gente passou dizendo o quê? Nós precisamos lutar para que os fatos não sejam



atropelados. A gente precisa lutar para que a ciência vença. E daí você tem uma narrativa sobre Junho de 2013 que destrói todos os fatos, que ignora todos os fatos. Então, o livro do Andrés é muito importante porque ele coloca ali os fatos. Olha as pesquisas que nós temos, o Andrés recolheu quase 6.200 cartazes das manifestações e faz uma quantificação do tema, que é para as pessoas olharem e falarem assim, olha, a extrema-direita não estava aqui. A extrema-direita tem 30 cartazes de 6.200.

D&D23: Não era algo significativo nesse momento.

MN: E assim como não era também, “pedir Estado mínimo”, sabe quanto deu? Meio por cento dos cartazes. Você fala assim, quando você olha as pesquisas, você vê também, e claro, não adianta só cartaz, né? São 40 cidades em quantidade, mas você tem ali as pesquisas. Então, o livro do Andrés, eu acho que ele mostra como a questão do plano é central ele mostra, tem todos os dados de Junho que ele produziu, tem todos os fatos de Junho, a partir dos quais a gente deve discutir. Então, vamos estabelecer a base da nossa conversa? Porque se não, não dá. Não tem condição. Então, é duro você ter que lutar para estabelecer os fatos. Porque é muito massacrante essa narrativa do Ovo da Serpente. E assim, a palavra narrativa é horrível, mas nesse caso se aplica, porque é narrativa mesmo. Ou seja, é só ideologia. É dessa maneira que eu entendo. Não tem nada de real ali, a não ser a defesa das posições equivocadas que o PT tomou em relação a Junho. Tanto de não ter tentado dirigir o movimento, como depois por não ter entendido o que ele significava, e o que ele significa até hoje. A necessidade de um novo programa político para esquerda.

D&D23: A próxima pergunta era exatamente sobre essa questão das disputas interpretativas. Atualmente, é possível observar que estamos diante de um quadro de disputas interpretativas sobre o contexto das grandes



mobilizações de 2013. Algumas interpretações são atravessadas por uma certa miopia, que se restringe ao quadro eleitoral, e não observam o processo histórico e político. Outras desenhavam uma linha direta entre 2013, a ascensão da extrema direita e do capitão expulso do exército, que atingiu o cargo máximo do Executivo. Como se o ciclo de revoltas de 2013 estivesse dado e pudesse ser explicado como o Ovo da Serpente do fascismo, referência que você utiliza. Ou parte da chamada “revolução colorida”, instigada e manipulada desde Washington. Esse é outro argumento também supercomplicado. Enfim, você pode falar um pouco mais sobre essas interpretações que têm surgido, inclusive de parte da esquerda no nosso país.

MN: Sim, essas interpretações não têm nada a ver com argumentos. Um argumento, para ser considerado, ele precisa se basear em fatos. E, simplesmente, os fatos não existem. Então, eu peço para as pessoas me dizerem onde estava Bolsonaro em junho de 2013. Onde? Aí dizem: ah não, mas e aquele pessoal de camisa amarela? Então tá, vamos lembrar uma coisa. Vocês chamaram de fascistas os caras-pintadas do impeachment do Collor em 92? Não, né? Porque você não é trouxa de entregar o símbolo nacional para a direita e depois para a extrema direita. E foi essa idiotice que foi feita. Sendo que a gente tem um exemplo anterior do impeachment do Collor em que ser cara-pintada era ótimo. Tudo bem, o impeachment do Collor foi muito mais do que os caras-pintadas, claro. Mas teve também quem chamou de fascista. Então, basta você olhar lá, porque com teoria da conspiração é impossível discutir, porque não é argumento, não se baseia em fato. Então, vamos lá. Quando surgiu o Vem para Rua, quando surgiu o MBL – o Movimento Brasil Livre – a resposta que você ouve é em Junho de 2013. Não. Surgiu em outubro de 2014. Preste atenção. Sabe, assim, Junho é um problema para a esquerda. Não é um problema para a direita, muito menos para a extrema direita. Sabe qual é o problema para a direita? A Lava Jato. Para a extrema direita é a eleição do Bolsonaro. Junho é um problema para a esquerda, porque Junho mostra que nós estamos em déficit. Em déficit de

pensamento, em déficit teórico e, portanto, em déficit prático também. Está nos faltando programa político. Está nos faltando pensar como implementar esse programa político que ainda não existe. Então, com teoria da conspiração é impossível. Agora, tem um outro lado dessa vitória das teorias conspiracionistas e da narrativa do Ovo da Serpente, que é mostrar o profundo enraizamento do PT na sociedade brasileira. A profunda representatividade, a profunda legitimidade. Esse é um partido realmente enraizado. Que está usando esse enraizamento e essa legitimidade da pior maneira possível, eu acho. Infelizmente. Porque está abdicando, negando a sua tarefa histórica, que é chamar uma conversa ampla sobre o programa político para a esquerda brasileira. Não é para todo mundo concordar. Não é para todo mundo defender o governo. É simplesmente porque nós precisamos de um novo programa político. Então, se a gente pensa a narrativa do Ovo da Serpente, nesses termos, ou seja, como uma abdicação da parte da esquerda liderada pelo PT, da sua tarefa histórica, passados os 10 anos, a gente pode dizer: olha, abandone essa narrativa, por favor.

Porque ela está atrapalhando o Brasil, ela está atrapalhando a esquerda, ela está atrapalhando você como partido, sabe? Qual é o ganho de demonizar Junho de 2013? Qual é o ganho que você tem? A não ser justificar todos os erros que você cometeu. Como assim? Vira e fala assim, olha, de fato, vamos deixar para lá, passaram 10 anos, tentaram destruir o PT, não tem nem discussão sobre isso, né? Você tem impeachment e prisão do Lula, enfim, prisão de um monte de gente. Tentaram destruir o PT, tentaram jogar o PT para fora da estrada, para fora do sistema político. O Lula venceu a eleição, o PT voltou ao poder federal. Então, é a hora de você olhar para trás e falar: está bom, vamos parar com esse negócio de demonizar Junho, porque eu preciso entender Junho, não demonizar. Não sei se é isso que vai acontecer, mas é o que eu esperaria. Porque essa tarefa é urgente, ela não pode ser deixada para depois.



D&D23: Em um país como o nosso, com uma herança colonial, escravista, com nossa continuidade histórico-social autoritária, para além dos regimes militares, o modo como as forças policiais se comportam mesmo em períodos democráticos, principalmente nos lugares dos pobres no nosso país. Esse tipo de interpretação que implica em um falseamento da realidade é muito perigoso, pois acaba implicando em um apagamento de lutas populares legítimas. Isso é bem complicado, principalmente pensando em nosso processo histórico social.

MN: Sem dúvida.

D&D23: Nos últimos anos assistimos à entrada em cena das “novas direitas”, de “contramovimentos” de espectro conservador e a eleição de governos de direita e de extrema direita, como Trump nos Estados Unidos e Bolsonaro no Brasil. Nesse contexto ganha centralidade uma perspectiva analisada em suas obras: a influência da nova sociabilidade digital, o uso das novas tecnologias de informação e comunicação e o papel desempenhado pelas redes sociais na conformação das ações coletivas. Mecanismos muito bem apropriados pelas novas direitas. Como você interpreta o papel dessas novas tecnologias digitais e a influência dessa nova sociabilidade digital nesse quadro de incremento e maior expressividade das novas direitas e da extrema direita na cena política?

MN: É central. A gente tem uma mudança estrutural da sociabilidade. Esse é o mínimo que a gente pode dizer. Agora, isso significa também que, nos anos 2000, quando se formam isso que se chama as novas direitas, elas se formam nos âmbitos digitais, porque elas não encontram canais na política oficial, nem nos partidos, nem nas fundações, nem nas organizações de direita. E, pelo contrário, elas veem essa política oficial como não representando o que seria uma verdadeira posição de direita. Então, esse é um lado. Só que, ao mesmo tempo, nesses anos 2000, também se formam nas

mesmas redes as novas esquerdas, que também acham a mesma coisa. Que a esquerda no poder não as representa. Ambas se formam ali. Esse movimento é um movimento muito importante nos anos 2000, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. E ele vai ter destinos muito diferentes. Eu vou tomar aqui só um exemplo, para a gente depois chegar no Brasil, que é começar pelo exemplo dos Estados Unidos, pegar o exemplo do Occupy Wall Street. Esse ambiente da internet dos anos 2000 tinha formação de novas esquerdas, formação de novas direitas, mas ele tinha também uma cultura muito peculiar desse ambiente digital, que era a cultura da zoação. Que era justamente a de ser antissistema, porque as novas direitas e as novas esquerdas são antissistema. Potencialmente, elas não se sentem representadas. Mas era antissistema num outro sentido. Era no sentido de que não podia ter qualquer filtro, não podia ter qualquer regra para se expressar, e que você não podia patrulhar a direita, nem patrulhar a esquerda, nem nada do tipo. A cultura da zoação era isso. E essa cultura da zoação está muito ligada à comunidade gamer. Em 2011, quando tem o Occupy Wall Street, uma parte dessa comunidade gamer, que também fazia parte do ambiente da zoação, se politiza à esquerda. E passa a apoiar o Occupy. E você tem uma reação muito violenta do ambiente da zoação, nessa comunidade gamer, contra essa politização à esquerda. Dizendo, olha, vocês estão rompendo o acordo que a gente tem aqui. Que não pode politizar no sentido de escolher um campo político. Não é nem politizar no sentido de partidário. Anônimos e vários outros movimentos digitais ali no Occupy Wall Street foram muito importantes. Inclusive no pós-Occupy Wall Street, quando vão revitalizar os Democratas Socialistas da América, quando vão apoiar as pré-candidaturas de Bernie Sanders em 2016, em 2020, o Black Lives Matter, o movimento Sunrise, enfim, todas essas coisas. Todas essas coisas se juntam ali no Occupy Wall Street e nascem dali também porque são consequências. Você tem, ao mesmo tempo, uma organização da extrema direita que estava relativamente quieta nos anos 2000, mas estava fazendo o

seu serviço. Ou seja, o que significa fazer o seu serviço? Estava entendendo que esse novo ambiente da internet seria propício a uma ascensão da extrema direita, assim como o ambiente da crise econômica mundial. Quer dizer, essas duas coisas. Por isso que figuras como Steve Bannon, embora Bannon seja só uma figura, mas se tornam meio emblemáticas. Porque a partir desse momento, você tem uma politização à extrema-direita, que vai dar o que nos Estados Unidos chama-se de gamergate, ali em 2013 e 2014. É o gamergate que vai dar uma base de apoio importantíssima para a candidatura Trump em 2016. Rapidamente, eles entendem a lógica do algoritmo, eles entendem o que tem que fazer, e o que o Steve Bannon faz é oferecer uma politização à extrema direita para parte dessa comunidade gamer, para parte dessa comunidade da zoação, que tinha se sentido traída pela politização à esquerda do Occupy Wall Street. Sobretudo, ele diz para eles, “olha, aqui vocês podem continuar a zoação”. No fundo é isso. Porque, claro, o projeto da extrema-direita é produzir caos. Então é perfeito, porque você junta uma lógica do algoritmo, que é a lógica da tensão e do clique, com um desejo destrutivo, ou seja, as duas coisas se encaixam perfeitamente. Então, você tem ali, nesse momento, ali nos Estados Unidos, em 2013, 2014, você tem essa conjunção que é muito poderosa. E daí você fala, bom, como é que eu penso aqui no Brasil? Vamos pensar, olha, o Bolsonaro começou a digitalizar a sua vida política em 2012. Quantos políticos no Brasil fizeram isso em 2012? Então, veja, ele está começando um processo, claro, essas coisas que eu estou falando aqui, eu estou tirando de vários estudos, a gente tem muita informação sobre o processo que está acontecendo nos Estados Unidos. A gente sabe o dia do encontro de Steve Bannon com o Trump em 2010, veja bem, 2010, quando o Trump está pensando em concorrer. A gente não tem a mesma coisa no Brasil, infelizmente. Então, assim, com quem que o Carlos Bolsonaro se encontrou? Sim, quais eram as redes deles? Como é que eles recrutavam? Quais eram as relações internacionais? A gente não sabe, mas o que a gente sabe é isso, que a lógica da tensão é perfeita para a extrema direita,

especialmente num contexto de instabilidade, porque se você tem uma crise econômica do tamanho da de 2008, com todas as consequências que tem, é perfeito para a extrema direita entrar para zoar, para criar caos e ao mesmo tempo ganhar mais cliques. Então, esse processo é um processo que no Brasil vai acontecer de verdade depois de 2015, mas o Bolsonaro já começa a digitalizar a vida dele bem antes. Agora, só vai ganhar tração quando a crise econômica chega no Brasil, bate de verdade no Brasil. Quando você tem uma resposta pífia do governo Dilma Rousseff a junho de 2013, porque não foram respondidas as questões que estavam colocadas ali em junho de 2013 de jeito nenhum, nem para dizer: olha, gente, entendemos aqui o recado, nós vamos fazer um plano para os próximos cinco anos, dez anos, quinze anos, vinte anos – precisamos de projetos de longo prazo – para atender a essas aspirações, começando por uma reforma política, certo? Mas não foi o que aconteceu. Então, você tem um ambiente ideal para a extrema direita a partir de 2015, porque você tem o quê? Crise econômica aguda, você tem instabilidade política permanente, que foi o que aconteceu entre 2015 e 2018. A gente não tinha um minuto de paz.

D&D23: A Lava jato...

MN: Sim, a Lava Jato, as duas coisas estão ligadas, a instabilidade política e a Lava Jato são a mesma coisa, no fundo. Então, essa combinação é ideal para a extrema direita. Você tem uma enorme insatisfação, o sistema é visto como podre, como uma coisa que não representa ninguém, perfeito para extrema direita. Agora, não tem nada a ver com Junho, sabe? Não tem nada a ver com junho. Agora, se as pessoas querem espalhar a teoria da conspiração, se as pessoas querem, a todo custo, dizer: olha, o PT está sempre certo, não comete nenhum erro, olha só que coisas incríveis que tem feito. Tudo bem. Só que nós vamos perder nosso futuro, só isso. Porque as pessoas que saíram às ruas em junho, essas pessoas estavam olhando o futuro.



Estavam dizendo, eu não estou vendo futuro. Por favor, me deem uma imagem de futuro. Não tinha, e não tem até hoje. Dez anos depois.

D&D23: Lideranças com discursos antiestablishment, antisistêmico, em muitos casos de extrema direita, ampliaram seus adeptos ao manipular esse sentimento antisistêmico, de desconfiança, de ausência de legitimidade nas democracias liberais. Quais elementos você identifica e destaca como relevantes na construção de uma agenda para contrapor esses novos e velhos atributos de um programa conservador?

MN: Então, nós temos que distinguir conservadorismo de extrema direita, porque uma das operações ideológicas mais importantes operadas pelo bolsonarismo foi identificar conservadorismo e extrema direita. E isso com a ajuda de todo mundo. Porque todo mundo passou a usar a palavra conservador em sentido abrangente. Temos que ter esse cuidado, a pessoa pode ser conservadora e não ser de extrema direita. Então foi um presente que foi dado para extrema direita. Todo mundo, e eu quero dizer aqui a esquerda, a mídia tradicional, a grande mídia, a mídia alternativa, tudo. Todo mundo começou a identificar bolsonarismo e conservadorismo. E essa identificação é uma vitória ideológica. E isso é algo importante, nós que juntamos. Nós aceitamos a junção. Agora, a questão do sistêmico, do antisistêmico é muito complicada. Porque tem muitos níveis, muitas dimensões. Em primeiro lugar, acho que é importante a gente afastar um outro termo. Além dessa identificação entre conservadorismo e bolsonarismo, tem uma outra coisa importante, eu acho, que é a gente não confundir antissistema com antipolítica. Porque a antipolítica pode ser uma coisa... Por exemplo, alguém que defende um governo tecnocrático pode ser antipolítico, porque ele está querendo dizer que a política é o contrário da técnica, e a técnica não é política. Algo do gênero. Mas, assim, a antipolítica não diz o que é a natureza desses movimentos. São movimentos antisistêmicos. Por quê? Porque, se a gente for pegar a história desde Junho,

aquela energia social que está na rua, e para a qual não houve resposta nem canalização institucional, apenas parcialmente ela consegue se institucionalizar. Ela fica solta. Aquela indignação, aquela revolta contra o sistema político, ela continua ali. Agora, como o partido que está no governo, que lidera a esquerda, considera que aquela revolta é uma revolta contra si, e, portanto, de direita, essa indignação fica solta na rua. Para quem se propuser a dar uma direção para ela, quem apareceu para dar uma direção? A Lava Jato. A Lava Jato tinha uma promessa de institucionalização, porque, no fundo, a Lava Jato estava querendo dizer que o sistema político não faz uma autorreforma, nós temos que fazer na marra, e vai ser a Lava Jato que vai fazer a reforma política que o sistema político não faz. Claro que é mentira. É uma ilusão. Porque a primeira instância do Judiciário, a segunda instância do Judiciário não faz reforma política. Nem a última instância do Judiciário, o STF, faz reforma política. Então, é evidente que é uma ilusão. Mas, ao mesmo tempo, a pessoa diz assim: quem está me oferecendo outra coisa para mudar isso? Ninguém. Então, a Lava Jato vira um guarda-chuva para grupos, forças e interesses muito diferentes entre si. Inclusive para essas novas direitas das quais eu estava falando há pouco. Que vão se reunir sob esse guarda-chuva da Lava Jato. E eles têm um caminho institucional que é fazer o seguinte: a Lava Jato empareda o sistema político. E impede o sistema político de ter controle sobre a política. Então, a instabilidade é essa. Mas, ao mesmo tempo, o poder não passa para a Lava Jato. Vira um cabo de guerra em que ninguém consegue ter o controle da política, mas um impede o outro de ter o controle da política. Então, por isso que foi um período de extrema instabilidade. E foi essa a maneira pela qual essa energia social foi canalizada. No fundo, a Lava Jato vampirizou a energia social, a indignação social para adquirir a dimensão que ela adquiriu. Então, se a gente for olhar para esse período de 2015 até 2018, nós temos ali um momento em que podia acontecer quase qualquer coisa. Aconteceu uma das piores coisas possíveis que foi a eleição do Bolsonaro. Mas ali tudo estava dado, naquela instabilidade.

D&D23: Sim. E você pode falar um pouco quais são os principais desafios teóricos e metodológicos que você assinala para as ciências sociais na compreensão dessas novas configurações da política que se expressam na contemporaneidade?

MN: Bom, a primeira coisa que eu acho é que tem uma tarefa, que é uma tarefa de reconstrução de como a gente chegou aqui no ponto de vista digital. Ou seja, da gente pensar em cada etapa que a gente teve aumento no número de usuários da internet. Então, acompanhar de fato o trabalho do Cetic (Centro Regional de Estudos de Desenvolvimento da Sociedade da Informação), que é um trabalho superimportante para a gente entender o lado quantitativo da história do ponto de vista do acesso. Quer dizer, quem tem acesso e de que maneira. Nós temos esses dados, mas tem que partir deles para poder pensar alguma coisa. E de outro lado, de um lado qualitativo, que vai, evidentemente, ser combinado com esse quantitativo para a gente poder entender de que maneira o digital passou a ser incorporado na vida cotidiana. A gente tem, muitas vezes, estudos antropológicos muito interessantes, mas a gente não tem, por exemplo, uma perspectiva macro disso, em termos sociológicos. E isso seria muito importante. Um dos aspectos de um estudo como esse seria também a dimensão política. Porque a dimensão política é uma das dimensões dessa digitalização da vida. Mas é uma dimensão central, é uma novidade que a política tenha se tornado tão importante e tão central. Isso não era verdade antes. Então, isso nos permitiria entender, por exemplo, processos de formação política que estão se dando na base da sociedade, de uma maneira mais complexa. Tanto você combinando perspectivas quali como perspectivas quanti, você dizer: olha, mas o que é política para pessoas cuja vida foi digitalizada? Como é que a política entra na vida delas? É claro que quem está no twitter já está politizado de saída porque o twitter é o lugar da política. Agora, tem outras coisas dentro da política e é muito central ali. Mas, em geral, como se dá a formação da opinião política? Como se dá a formação da vontade política? Então, esses são desafios enormes, mas é um

pedacinho de um desafio muito maior que é entender o que a digitalização traz em termos de mudança da sociabilidade, que é uma coisa que a gente vai ter que trabalhar durante muito tempo para poder entender. Tem algumas coisas que já foram superadas, essa coisa de que existe o real e o virtual. Esse tipo de coisa não faz o menor sentido. Não ajuda a gente a entender. Então, acho que tem pontos de partida que estão mais ou menos dados por estudos que a gente tem. Mas temos ainda muita coisa a entender, do ponto de vista da antropologia e da sociologia, sobre o que significa a digitalização da vida. Em particular, no caso da digitalização da vida, do ponto de vista da formação da opinião política e da formação da vontade política, isso também pode dar, no caso da ciência política, em estudos importantes sobre processos de digitalização de partidos, de digitalização de organizações políticas tradicionais. Então, a gente sabe que tem partidos que são partidos criados antes do digital e que estão tentando se digitalizar; temos partidos que nasceram já digitais; temos partidos que tentam replicar o formato plataforma de algumas redes; tem partidos que funcionam em outro tipo de rede, como o que eu chamo de partido “digital-bolsonarista”. Funciona de outra maneira, não na maneira de plataforma, como é o caso do Cinco Estrelas italiano ou mesmo do Podemos espanhol. Então, você tem formas políticas diferentes de organização e seria importante que a Ciência Política voltasse a se colocar o problema: “o que é um partido?” Que é uma coisa absurdamente ignorada. Faz 40 anos que a gente não tem um grande livro sobre partidos. A teoria dos partidos foi deixada de lado. Estou dando alguns exemplos, que vocês conhecem melhor do que eu. Não estou falando nenhuma novidade.

D&D23: A partir desse exemplo que você deu sobre como o bolsonarismo funciona diferente quando está num partido. Como você entende esse modo de funcionamento? Porque ao mesmo tempo que está



num partido poderia estar em qualquer outro, é muito diferente essa relação do Bolsonaro com partidos ou do bolsonarismo com partidos.

MN: Sim. O partido “digital-bolsonarista” para começar não é um partido oficial. Isso é uma grande vantagem porque você pode hackear qualquer partido. Então, você fala, por exemplo: em que ano vai ser a eleição? 2022? Ah, então vamos pegar esse partido porque tem o número 22 (risos). É claro que não foi só por isso, teve o Valdemar da Costa Neto, Bolsonaro precisava de alguém da política tradicional para saber gastar fundo partidário, para saber gastar fundo eleitoral, porque tem uma tecnologia nisso aí. Ele tinha tido o exemplo do PSL que era o antigo partido dele, que tinha um fundo eleitoral, fundo partidário enorme em 2020 na eleição municipal e que gastou muito mal. Despejou milhões na candidatura da Joyce Hasselmann, por exemplo, à prefeita de São Paulo que teve, sei lá, 1% de votos. Então, quando você vai olhar a relação custo-benefício dos investimentos do Valdemar da Costa Neto é extraordinária. Então, a estratégia do bolsonarismo na eleição de 2022 foi muito bem sucedida, eu acho, porque ela foi uma combinação de política tradicional com política digital. E, assim, eu acho que esse é o futuro não só no Brasil, mas no mundo. Não é que a política tradicional vai desaparecer e vai ser suplantada pela política digital. As duas coisas vão ser combinadas. E combinadas às vezes em competição porque o que a candidatura do Bolsonaro fez foi manter os dois partidos funcionando: o partido digital e o partido tradicional. E eles eram em muitos lugares complementares, mas em alguns lugares eles entraram em conflito, principalmente nos lugares onde o bolsonarismo era tão dominante que podia se dar ao luxo de disputar entre si. Então, nós tivemos o caso de Brasília que foi um caso que ficou famoso, da disputa entre a Flávia Arruda, do esquema tradicional, e a Damares, pro senado, no esquema do partido “digital-bolsonarista”. E ganhou a Damares. Já no Mato Grosso, você tinha uma disputa, mas ganhou o partido tradicional. Então, esse tipo de efetividade tem que ver também com o fato de ser um partido informal, o partido “digital-bolsonarista”. E o fato também de existir o

peemedebismo, para voltar ao início da nossa conversa, ou seja, tem tanto partido para hackear. E é o que Bolsonaro faz. Ele tem um partido que hackea o outro partido.

D&D23: Vamos caminhando para a última pergunta. Enquanto as múltiplas crises e instabilidades políticas, econômicas e sociais se exacerbam reforçando máximas, como a máxima neoliberal “There is no Alternative”, explosões de indignação e esperança emergem de tempos em tempos resistindo, em particular na América Latina, mesmo durante os efeitos mais graves da pandemia alguns países se mantiveram em protestos. Nas jornadas de junho se via por toda parte a consigna “Não é só por 20 Centavos”, anos depois nas ruas do Chile “No Son 30 Pesos, Son 30 Años”. As vozes das ruas evocam memórias da luta e de esperança em outros mundos possíveis. Como podemos pensar a luta por uma “democracia real”, como diz o movimento 15-M na Espanha, ou por uma “Nova Democracia” como disseram manifestantes em 2013 aqui no Rio de Janeiro, diante da urgência e até mesmo da vertigem das crises do tempo presente? Como podemos vislumbrar horizontes de transformação possíveis?

MN: Primeiro, acho que é reconhecendo a correlação de forças, porque a gente pode fazer um programa político para esquerda de maneira desvinculada da correlação de forças, acho que é possível e é interessante, só que isso tem alguns limites, quer dizer, você não faz um programa no vácuo, você faz em condições concretas. E as condições concretas que nós temos são de um risco de destruição da democracia, da vitória do autoritarismo. A gente não pode ignorar isso. Acho que essa é a primeira coisa. A segunda coisa que a gente tem que considerar é que não existe hoje uma alternativa socialista colocada de maneira concreta, clara, como organização e como projeto, ela tem que ser construída. Dados esses dois pontos de base, o efeito é o seguinte: o neoliberalismo, o que ele conseguiu foi produzir a extrema direita. Esse é o grande último produto do neoliberalismo, na medida em que ele destruiu

uma conexão muito básica do pacto do pós-guerra, do pós-1945, quando ele destruiu a equação trabalho e cidadania. Então, existia uma equação trabalho e cidadania: quem trabalha é uma pessoa que é cidadã. Essas coisas estavam ligadas, isso estava pressuposto na ideia que você tinha pleno emprego, tinha direitos sociais quando estava desempregado, e assim por diante. Aí você diz: quebrar esse vínculo pode não ser tão ruim, por uma perspectiva qualquer, se você tem uma perspectiva superior a essa em um capitalismo regulado pelo Estado. O problema é que o neoliberalismo não pôs nada no lugar, ele destruiu sem substituir porque não tinha como substituir. Substituir pelo quê? Não tinha com o que substituir. Então, estamos numa situação, como diz a Wendy Brown, estamos nas ruínas do neoliberalismo. Só que o neoliberalismo ao mesmo tempo nos chantageia no sentido de dizer: “olha, se você não fizer aliança comigo, do outro lado está a extrema direita. Então, você tem uma situação de que o neoliberalismo tem algum poder de chantagem, não é um enorme poder de chantagem, mas tem algum poder de chantagem, e é por isso que estamos numa situação que temos que construir frentes amplas contra o autoritarismo porque é real a coisa. Agora, se a tarefa de construir frente ampla contra o autoritarismo não for feita ao mesmo tempo em que você faz um programa político novo para esquerda, aí nós vamos ficar presos nessa lógica do “anti”. E essa lógica do “anti” não dura. Quer dizer, ou você perde pro outro lado, ou você ganha desse outro lado, e sei lá como você ganharia dessas forças. Então, é por isso que estamos num momento que é um momento progressista no sentido de que é preciso ter essa ampla aliança contra o autoritarismo. Mas não é mais um neoliberalismo progressista, é outra coisa que nós temos aqui. Nós temos que atacar, em primeiro lugar, o problema da quebra das regras de justiça partilhadas que a gente tinha antes, porque nós não estamos diante de uma polarização entre democracia e autoritarismo porque isso não é polarização. Polarização você tem quando as duas posições estão dentro do mesmo campo, estamos falando de dois campos diferentes. E dentro da sociedade temos que reconhecer que

existe uma divisão, que as pessoas não concordam mais sobre as regras básicas de convivência. A gente pode dizer, “claro, antes também tinha uma concordância que era uma concordância forçada, que excluía”. Quanto a isso não tenho a menor dúvida. A questão é: se a gente não consegue chegar num acordo novo de convivência em que as pessoas digam: não, essas regras servem para todo mundo se forem respeitadas por todo mundo. Porque hoje ninguém acredita que ninguém respeite regra alguma e muito menos que todo mundo siga as mesmas regras. E a divisão tem. Então, você tem que reconstruir esse conjunto de regras porque essa reconstrução é uma reconstrução democrática, ou seja, a democracia é esse conjunto de regras de convivência pacífica entre as pessoas. Então, o desafio hoje é um desafio que está rebaixado porque nós temos que defender a democracia – esse é o nosso horizonte – sem democracia a gente não tem emancipação à vista, então temos que defender a democracia. Só que para defender a democracia a gente tem que produzir uma democracia nova e a gente precisa ter um novo conjunto de regras de justiça partilhadas em que as pessoas digam: “tá, isso eu aceito”. Aceito viver sob essas regras desde que vocês garantam que essas regras estão sendo aplicadas igualmente para todo mundo. Claro, sob o capitalismo isso é de uma precariedade extraordinária, mas existe uma coisa pior do que o capitalismo democrático que é o capitalismo autoritário, que até nós estamos nessa situação. Agora, ao mesmo tempo que existe essa construção de uma nova forma, de um novo conjunto de regras de convivência democrática tem que existir também a construção de um novo programa político da esquerda que vai propor esse programa para essa democracia reconstruída. Então, são três frentes muito complicadas: você tem uma frente ampla contra o autoritarismo, você tem que ter a construção de uma nova democracia segundo novas regras de convivência social e de justiça e um programa de esquerda. É difícil? É, mas a gente não escolhe o momento em que a gente vive, né? Essa tarefa tem que ser feita.

Referências

NOBRE, M. 2013. *Choque de Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.

NOBRE, M. 2013b. *Imobilismo em Movimento*. São Paulo: Companhia das Letras.

NOBRE, M. 2020. *Ponto-Final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Todavia.

NOBRE, M. 2022. *Limites da democracia – de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia.